

NOTAS SOBRE AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E ASSISTÊNCIA
MÉDICA DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NA PROVÍNCIA DA
PARAHYBA DO NORTE (1850-1888): CONDIÇÕES FÍSICAS, DOENÇAS,
SABERES E PRÁTICAS DE CURA

Elainne Cristina Jorge Dias

Mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba

Professora titular de História das Redes Municipal e Estadual - PB

E-mail: elainnejorge@hotmail.com

Resumo:

O artigo pretende analisar as condições físicas, de saúde e morte dos escravizados na província da Parahyba do Norte (1850-1888) a partir, sobretudo, das notícias e anúncios de jornais. Esses periódicos permitem-nos estudar essa população cativa que foi constantemente atacada por castigos e doenças, as quais, em alguns casos, levaram a morte. Além disso, será possível analisar os saberes e práticas de cura, bem como o papel das instituições públicas no combate às doenças. Destacaremos ainda a atuação dos próprios indivíduos cativos na utilização de práticas terapêuticas. Nessa perspectiva, este estudo parte da premissa de que é importante compreender os aspectos ambientais, condições sanitárias, regimes de trabalho e as dietas alimentares, bem como a atuação das instituições na erradicação/controlar das doenças.

Palavras-chave: Escravizados, doenças, práticas de cura.

NOTES ON THE THERAPEUTIC AND MEDICAL ASSISTANCE OF THE
ENSLAVED POPULATION IN THE PROVINCE OF PARAHYBA DO
NORTE (1850-1888): PHYSICAL CONDITIONS, DISEASES, KNOWLEDGE
AND HEALING PRACTICES

Elainne Cristina Jorge Dias

Mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba
Professora titular de História das Redes Municipal e Estadual - PB

E-mail: elainnejorge@hotmail.com

Abstract:

The article intends to analyze the physical, health and death conditions of the enslaved in the province of Parahyba do Norte (1850-1888) based, above all, on news and newspaper advertisements. These journals allow us to study this captive population that was constantly attacked by punishments and diseases, which, in some cases, led to death. In addition, it will be possible to analyze the knowledge and healing practices, as well as the role of public institutions in combating the diseases. We will also highlight the performance of captive individuals themselves in the use of therapeutic practices. In this perspective, this study based on the premise that it is important to understand the environmental aspects, sanitary conditions, work regimes and food diets, as well as the performance of institutions in disease control.

Key words: Slaves, diseases, healing practices.

No dia 15 de junho do corrente anno fugiu de Placido Pinto da Conceição, morador na povoação de Fagundes, termo de Campina Grande, província da Parahyba do norte, um escravo crioulo, de nome Pedro, com idade de quarenta anos mais ou menos, alto, pouca barba, meio côxo, pôr ter no pé direito uma **paralysis incompleta** e já haver **diminuição nos músculos**, e que faz sensível diferença do pé esquerdo. [...] (*A Regeneração*, 27/07/1861- Grifos nossos).

A citação anterior trata de um anúncio de fuga de um escravizado, publicado no jornal *A Regeneração*, em 27 de julho de 1861. Na fala do anunciante, o proprietário do escravizado, podemos encontrar indícios das condições físicas e de saúde do cativo fugido. De acordo com o mesmo, o escravizado Pedro apresentava uma paralisia incompleta e diminuições nos músculos, o que, provavelmente, seria efeito de longos anos de trabalho. Entretanto, essa paralisia poderia ser resultado da *Tripanossomíase americana*, popularmente conhecida como doença de Chagas, pois o *Triatoma megista*, conhecido na Paraíba, como “barbeiro” e “bicho de parede”, escolhe, como lugar de sua morada, habitações precárias construídas com barro e cobertas com sapé, a exemplo das senzalas.

Na percepção de Sônia Magalhães (2004), essas características de habitações eram propícias para que esse artrópode depositasse seus ovos e iniciasse os dois períodos de manifestação do tripanossomo - o agudo e o crônico. No período agudo ou febril, os parasitas podem viver dias ou meses na circulação periférica, até penetrar nas fibras do coração e causar, na maioria das vezes, a morte dos doentes. Porém, quando esses parasitas incidem no sistema nervoso, são capazes de provocar paralisias e outras debilitações, a exemplo do cativo Pedro citado anteriormente.

Essas questões das condições físicas, das doenças e, conseqüentemente, práticas de cura têm sido cada vez mais estudadas por pesquisadores de diversas áreas. Todavia, muitos pontos ainda permanecem ausentes na historiografia, carecendo de maiores problematizações. De acordo com a pesquisadora Ângela Porto (2006), essa ausência de estudos mais alentados sobre a saúde da população cativa na historiografia talvez seja em decorrência da desatenção que o fator da assistência médica à força do trabalho escravo teve ao longo do período que durou a escravidão no Brasil. No entanto, observamos que nos últimos anos, a produção historiográfica que envolve o estudo da história da doença dos escravizados e, conseqüentemente, de sua saúde e práticas terapêuticas, vem ganhando espaço na medida em que a historiografia da escravidão abriu caminho para novas abordagens e perspectivas sobre a temática.

Isto se deve ao fato de que as condições de cativeiro levaram muitos escravizados a

desenvolverem problemas de saúde, o que passou a ser um ponto essencial para os pesquisadores das diversas áreas que se propõem a discutir as condições de vida da população cativa. Ainda no que diz respeito ao estudo da doença como objeto de análise, Anny Silveira e Dilene Nascimento (2004) destacaram a importância de se procurar analisar a historicidade das enfermidades, articulando este saber com os acontecimentos que acometem os seres humanos. Assim sendo, nossa intenção neste breve estudo é analisar as condições físicas e moléstias que acometiam os escravizados na Província da Parahyba durante a segunda metade do século XIX, assim como as práticas de cura, saberes e atuação das instituições paraibanas no combate das doenças.

Para isso nos valem de um *corpus* documental composto por notícias, obituários e anúncios de jornais que circularam na província nesse período¹, bem como relatórios dos Presidentes de província².

A análise de notícias e anúncios de jornais, referentes aos indivíduos escravizados e às condições de salubridade e vida da população da província, permite que levantemos algumas questões sobre a saúde da população cativa da Paraíba Oitocentista, já que, conforme registrou Márcia Amantino (2007), são amostragens e, por isso, seus resultados não devem ser vistos como absolutos, “além de serem elaborados a partir da convivência que o senhor tivera com o escravo antes da fuga” (CARVALHO, 1998, p. 259). Todavia, isso não diminui a importância desse tipo de fonte para estudar essa população, pois, por meio dela, é possível ter, ainda que parcialmente, uma visão do universo social em que viviam.

Para o autor Luiz Mott (1986), um levantamento sistemático desses anúncios pode ajudar o pesquisador interessado no estudo da população servil a reconstituir inúmeros traços desse segmento, tais como: sexo, cor, aparência física, naturalidade, estado civil, ocupação, preço e nomes dos antigos proprietários. Informações que em outras fontes documentais (censos, cartas de alforria, matrículas, dentre outras), geralmente omitem ou são lacunosas. Segundo o mesmo autor, isso se deve ao fato de que os anúncios de escravizados fugidos eram verdadeiros “retratos falados” que, numa época anterior à fotografia, constituem a imagem que podemos dispor da aparência física e de outras características desses indivíduos. Desse modo, essas

¹ O levantamento das notícias, obituários e anúncios de escravos foi realizado em quatro arquivos: o do IHGB, o da Casa Fundação José Américo e dos acervos digitais do CCHLA da UFPB e da Biblioteca Nacional.

² Os relatórios dos Presidentes de províncias encontram-se disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

fontes nos permitem levantar algumas hipóteses a respeito de suas condições de trabalho e de moradia, a fim de que possamos chegar a algumas conclusões a respeito das condições de saúde desses sujeitos e das doenças que mais os acometiam. E mais, por meio das notícias de jornais é possível analisar o discurso da época a respeito do combate das doenças que acometiam essa população, assim como as práticas de cura e saberes utilizados. Convém ressaltar que algumas das marcas de escravizados relatadas nos anúncios de fuga não informam sua procedência, impossibilitando-nos identificar sua origem. Além disso, muitas dessas marcas poderiam ser de nações e confundidas, pelos proprietários, com cicatrizes³.

É importante destacar que o período analisado neste estudo, entre 1850 a 1888, foi marcado por um acentuado processo de mudanças que afetaram a sociedade escravista brasileira, sobretudo, em razão do processo de declínio do trabalho escravo e, conseqüentemente, sua abolição. Além disso, durante esse período, a Província da Parahyba do Norte foi acometida por surtos de doenças, a exemplo da varíola, febre amarela e cólera, males que vitimaram inúmeros cativos e outros segmentos da população. A respeito do cólera, a província foi atingida por dois surtos da doença, o primeiro entre 1855 e 1856 e o segundo entre 1861 e 1862.

Diversos relatórios de presidentes de província enviados à Assembleia Provincial da Parahyba descreveram, durante vários anos, as mais variadas doenças que faziam parte do cotidiano da população, como podemos observar neste de 1856:

A epidemia das **bexigas**, de que vos deu notícia o meu honrado antecessor em seu Relatório, com quanto tenha diminuído muito de intensidade, ainda não abandonou completamente essa Província, fazendo todos os dias uma ou outra victima. (SILVA, *Relatório do Presidente de Província da Paraíba*, 1856, fl. 19. Grifos nossos).

Diante do exposto, podemos observar que a bexiga esteve presente no dia a dia da população paraibana. Essa doença, de tipo infectocontagioso, é provocada pelo vírus *Orthopexvirus variolae*, que é transmitido ao ser humano através do contato direto com secreções de um doente, como suor ou espirro. Muitas das vítimas que conseguiam sobreviver passaram a carregar em seus corpos as marcas deixadas por essas doenças, que podiam ser identificadas nos escravizados por meio das descrições dos anúncios de fuga. Vejamos:

Na madrugada do dia 14 de março fugiu da casa de seu senhor a escrava Josepha, com os signaes seguintes: estatura alta, cabelos carapinhos, que se prestão a amarrar, **cara**

³ Sobre essa questão, Gilberto Freyre (1963) salientou que as marcas étnicas eram confundidas, quase sempre, com marcas de fogo, que estigmatizavam os cativos para vida inteira,

bexigosa, boca regular, côr parda, idade 30 annos, pouco mais ou menos. [...]. (Jornal *O Publicador*, 29/03/1864. Grifos nossos).

A cativa Josepha foi descrita pelo respectivo anúncio, dentre outros aspectos, como apresentando a *cara bexigosa*. Todavia, convém lembrar que, além das marcas deixadas pela bexiga, outra doença que afetava a população cativa e que poderia deixar marcas em seu corpo era a *bouba*. Essa doença, tropical e contagiosa, é causada pela espiroqueta *Treponema pertenceu*, caracterizada por lesões cutâneas seguidas de erupção granulomatosa generalizada ou, ainda, lesões destrutivas tardias de pele e ossos que poderiam deixar cicatrizes. Octávio Freitas (1935), ao analisar as doenças que atingiam a população cativa no Brasil, relatou que o termo “bouba” servia para designar inúmeras doenças que se localizavam na pele, tais como pústulas, impigens e feridas. A sequela produzida por essa enfermidade é descrita em alguns anúncios de fuga de escravizados, a citar o do cativo Romão, que fugiu nos primeiros dias de julho de 1864 do Engenho Moreno e, conforme a descrição de seu senhor, possuía *pés cambados com vestígios de cravos de boba que teve*⁴.

Segundo Lília Lobo (2008), essas doenças e epidemias que dizimavam a população afetavam, particularmente, os escravizados, em face as condições de higiene em que viviam. Geralmente, as condições de alojamento eram péssimas, pois, dificilmente, as senzalas eram construídas com tijolos e telhas, sendo a maioria fria, com pouca ventilação, suja e com paredes de barro cobertas com sapê.

Convém lembrar que, durante a segunda metade do século XIX, a Província da Paraíba do Norte, assim como outras províncias do império, apresentava grandes problemas no que diz respeito à questão da salubridade de suas cidades. A capital da província, cidade da Parahyba do Norte, era constantemente alvo de notícias de jornais que denunciavam os mais diferentes problemas, a exemplo da falta de saneamento das ruas, fontes, matadouro público e cemitério. No caso das ruas, estas, em sua maioria, não eram calçadas e não possuíam sistemas de esgoto. Para termos uma ideia dessa situação, segundo Maurílio Augusto de Almeida (1985), em seu estudo intitulado “Cidade da Parahyba no ano de 1859”, as únicas ruas calçadas naquele momento era a Rua da Direita e parte do Varadouro, localizadas na parte baixa da cidade.

Em meio a esse cenário, é salutar destacar os lugares de sepultamento dos mortos, os cemitérios. Conforme o jornal *O Publicador*, publicado no dia 27 de agosto de 1869, esse lugar era uma

⁴ *Jornal da Parahyba*, publicado em 01/06/1864.

das causas de insalubridade da capital. Informava ainda que, devido à sua má localização, pois situava-se em um lugar baixo, exposto aos ventos sul e sudeste, diariamente arrastava para cidade os miasmas que ali se desprendiam, fazendo dele um verdadeiro foco de infecção. Acrescenta-se a isto a construção de *carneiros*, espécie de catacumba, a qual foi relatada como sendo péssima, uma vez que não se observava nos enterramentos a mais insignificante regra de higiene. Paralelamente, tinha-se um ar impregnado de princípios miasmáticos e deletérios que ocasionavam febres e outras moléstias infectuosas.

Posto isso, é importante salientar que, no início da segunda metade do século XIX, a província abrigava 212.466 almas, sendo 183.920 livres e 28.546 escravos, segundo dados coletados do relatório do presidente de província Antônio Coelho Sá, apresentados em 02 de agosto de 1851. Entretanto, no recenseamento geral do império, ocorrido em 1872, observamos que esse número aumentou, passando a ser 376.226. Desse quantitativo, 354.700 indivíduos eram livres e 21.526 em condição escrava. Vale lembrar que com o aumento da população, aumentaram também o número de pessoas que morreram durante esse período, vítimas das mais variadas moléstias e doenças. Enfermidades que estavam relacionadas, na maior parte das vezes à falta de higiene, de alimentação adequada e à moradias precárias que, se não eram as responsáveis diretamente por algumas doenças, facilitavam o contágio. No quadro a seguir é possível perceber quais grupos foram atingidos pela mortandade que assolou a cidade da Parahyba do Norte idos de 1861.

Quadro 1: Mortalidade na Cidade da Parahyba do Norte por sexo e condição social (janeiro à abril de 1861)

Meses	Sexo		Condição social		Total
	Masc.	Fem.	Livres	Escravos	
Janeiro	21	10	22	9	31
Fevereiro	17	17	30	4	34
Março	15	11	25	1	26
Abril	15	14	22	7	29
Soma	68	52	99	21	120

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos no Relatório apresentado à Assembleia provincial da Paraíba pelo presidente Silva Freire, em exposição no dia 18 de maio de 1861, p.10. Disponível em: <www.crl.edu/brazil/provincial>.

A partir do quadro anteriormente exposto, percebemos que nos primeiros meses do ano de 1861, na cidade da Parahyba do Norte, morreram cento e vinte pessoas, das quais noventa e nove eram de condição livre e vinte e uma escravizada. Conforme o relatório do Presidente de província Silva Freire, essa mortalidade teria sido proveniente de todas as moléstias. Todavia, se levarmos em conta a diferença entre o número da população livre e escrava nesse período, de aproximadamente 212.000 pessoas, sendo 28.000 de cativos, veremos que a maior incidência de mortes se deu entre os escravos, o que poderia ser reflexo das condições precárias em que viviam os cativos na província.

Sobre suas condições de vida, o Jornal *A Regeneração* assim noticiou:

A mortalidade nos escravos empregados na cana é conhecidamente maior, do que as dos empregados no algodão, sendo isto resultado do labêr insano, exigido pelo serviço daquela, e bem assim das condições sanitárias, que são mais desfavoráveis na zona própria de seu cultivo.

Ninguém inora o contraste que se deve observar entre os escravos aplicados á cultura do algodão, e os de um engenho de assucar. Os primeiros, fácil e abundantemente alimentados com os legumes e cereais produzidos no mesmo roçado, onde simultaneamente, alvejam os casulos de algodão, ostentam-se robustos, nédios, relificos, ao passo que os segundos, alimentados com grande despreza de carne de charque, ou bacalhau, calanguecem, e mirram-se ao peso e natureza do serviço. (*A Regeneração*, 16/10/1861).

A exposição do referido jornal nos traz alguns indícios da alimentação dos escravizados que trabalhavam no cultivo do algodão e nos engenhos de cana-de-açúcar. Os primeiros teriam uma alimentação mais saudável e rica em vitaminas e fibras, já que ingeriam legumes e cereais produzidos no mesmo roçado onde era cultivado o algodão. Enquanto aqueles que trabalhavam nos engenhos, possuíam uma alimentação desprovida de algumas vitaminas que estavam presentes em frutas e legumes, uma vez que tinham como base a carne de charque ou bacalhau, além da mandioca, não citada na notícia. Isso poderia ser reflexo da própria atividade desenvolvida nos engenhos de açúcar, que exigia maiores extensões de terras para o cultivo da cana, ou ainda das possibilidades do meio ambiente, o que refletia assim, na falta de roçados destinados ao cultivo de outros alimentos indispensáveis para boa saúde dos cativos e, conseqüentemente, na baixa morbidade entre eles. Todavia, provavelmente, em ambos os casos, a alimentação ficava além das necessidades físicas e mentais indispensáveis para o trabalho realizado pelos cativos.

No que se relaciona à morbidade dos escravizados, era comum encontrar nos jornais, na parte do obituário, notícias sobre esta questão. Elas noticiavam, além do nome do indivíduo, idade,

proprietários, cor e condição social, a causa da morte, nos dando assim uma ideia das moléstias que mais acometiam a população naquele período. No obituário do Jornal *O Tempo*, publicado em 01 de maio de 1865, informou-se que foram sepultados no cemitério público, durante o mês de abril do referido ano, quatro pessoas de condição escrava, sendo elas, três bebês e uma mulher em idade adulta. No que diz respeito aos bebês, o primeiro, o preto crioulo Januário, de 10 meses, teria falecido em consequência da *dentição*. Já o segundo bebê, o preto crioulo Luiz, de apenas 6 meses, teria falecido de *espasmo*. No caso do pardo João, de apenas 35 dias, teria ido a óbito em consequência de moléstia interior. Finalmente, temos o caso da preta Jovina, de 19 anos, que teria falecido em decorrência de complicações no *parto*.

Destacamos que estes são alguns exemplos das causas que provocaram a morte das pessoas escravizadas. Entendemos que para se ter uma análise mais pormenorizada desses falecimentos seria necessário um levantamento sistemático dos atestados de óbitos que, no momento, encontram-se no arquivo da Santa Casa de Misericórdia, localizado em João Pessoa, Paraíba. Por meio dessa documentação teremos uma série de informações a respeito do falecido, a exemplo das *causas mortis* que mais acometiam os escravizados, nome, sexo, idade, ofício, entre outros. Essas informações nos possibilitarão fazer um mapeamento das *causas mortis*, comparar óbitos entre livres e escravizados, calcular o índice de mortalidade por idade e sexo e, ainda, discutir a nomenclatura das doenças de acordo com o conhecimento acadêmico da época. No entanto, devido ao cenário pandêmico de 2020/2021, nos vimos impossibilitados de investigá-lo.

Dito isto, no tópico a seguir, analisaremos algumas medidas tomadas pelas autoridades provinciais, assim como pelos próprios escravizados, para conter os problemas de saúde e, conseqüentemente, mortes.

A atuação das autoridades no combate às doenças

No que diz respeito aos cuidados com a saúde dos cativos, muitos senhores, talvez em ocasião do término do tráfico intercontinental de escravizados e, portanto, da elevação de seu preço, passaram a tomar algumas medidas preventivas, pois a saúde de sua “propriedade” era uma pré-condição para se determinar seu preço. Um exemplo de medida preventiva utilizada nesse período foi a vacinação contra varíola, como mostra esse anúncio: “Fugiu dessa Cidade da

Parahyba [...] o escravo Rufini [...] **foi vacinado** pouco antes de fugir [...]” (*O Despertador*, 18/02/1869. Grifos nossos). Entretanto esse cuidado não era exclusivo para os escravizados, mas também para a população de uma maneira geral, conforme podemos verificar: “[...] consta na Capital [...] que do 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1860 foram vacinados 300 indivíduos, sendo: Homens 187; Mulheres 214; Escravos 86; Total 300” (*A Regeneração*, 04/05/1861).

Todavia, em meados da década de 1880, a questão da vacinação foi alvo novamente de notícias nas páginas dos jornais, mas agora cobrando medidas das autoridades a respeito de sua aplicação:

Variola

Talvez devido à insalubridade, que se nota actualmente nesta capital, onde se encontra montes de cisco e lixo à cada canto, tem-se desenvolvido a bexiga na população, atacando principalmente as crianças.

Já são muitos os casos fataes, que se tem dado, mesmo em adultos.

Portanto, em bem do povo, pedimos ao Exm. Sr. presidente da província, que faça a inspeção da saúde pública inocular vaccina na população, designando para isso dous lugares, um na câmara municipal e outro na cidade baixa.

[...]

O povo das pequenas cidades também aprecia sua existencia e paga impostos. (*Jornal da Parahyba*, 01/09/1883)

Nota-se que há nessa notícia um discurso dirigido ao Presidente da Província, José Ayres do Nascimento, cobrando medidas sobre a aplicação da vacina não apenas na capital, mas também nas cidades pequenas. De acordo com a mesma, a insalubridade da capital teria contribuído para proliferação de *bexigas* na população, o que seria resolvido com a vacinação e medidas de salubridade pública que deveriam ser implantadas.

Por sua vez, segundo Sônia Magalhães (2004), a responsabilidade pelas medidas sanitárias domésticas era de cada morador, individualmente. Em casos de doença, muitas pessoas recorriam aos cuidados médicos, boticários, físicos e cirurgiões licenciados para tratar suas enfermidades. No entanto, na falta desses profissionais, a população recorria ao auxílio de benzedeiras, que não costumavam recitar remédios nem indicar tratamentos de saúde, mas rezavam preces, com gestos e ramos, com o intuito de conseguir bons resultados para os males combatidos. Além disso, poderiam recorrer aos curandeiros e barbeiros. Sobre esse último aspecto, Isabel Reis (2006) salientou ainda que os mesmos prescreviam receitas para diversas

enfermidades, davam conselhos e vendiam amuletos que “protegiam” o corpo da doença e da inveja.

É importante destacar que através do tráfico de africanos para o Brasil, muitos negros trouxeram consigo, dentre outras manifestações culturais, “concepções variadas do corpo, de saúde, de doença e de cura que, imbricados com saberes e práticas distintas de outros povos, contribuíram para a formação da medicina local” (GELAPE, 2011, p. 2). Para Laura Santos (2007), essa presença das populações de matrizes africanas nas artes de cura e uma provável aproximação dos conhecimentos acadêmicos oficiais, ou não, a exemplo de sangrias e plantas medicinais, foram amplamente utilizadas pelos médicos e cirurgiões acadêmicos.

Entretanto, essas ideias “populares” de concepções sobre como procurar a cura das moléstias passaram a ser consideradas falsas e combatidas pela comunidade médica. Na percepção de Regina Xavier (2003), em seu estudo sobre os males e suas curas no oitocentos, essa oposição entre médicos e curandeiros, deve ser entendida também em sua dimensão política. Para a autora, a veemência com a qual se defendia a “classe” médica em especializar suas práticas de cura atribuindo-lhes um caráter científico, faziam parte de uma busca para colocar a medicina acadêmica em atuação. No jornal *O Publicador*, do dia 06 de julho de 1885, encontramos um exemplo bem evidente dessa assertiva.

Conforme a denúncia publicada intitulada de o *Curandeiro*, andava pela cidade da Parahyba do Norte um pardo de nome Antonio, que havia chegado de Pernambuco trazendo o *elixir da vida*, prometendo curar todas as moléstias conhecidas e desconhecidas. A notícia ainda informava que Antonio dizia ter trabalhado nas enfermarias dos mais importantes hospitais do império, comentando com familiaridade sobre alguns colegas, a citar Malaquias e Texeira, provavelmente médicos. A narrativa, ao que nos pareceu, convenceu a muitos contemporâneos, os quais permitiram que o charlatão⁵ ingressasse em suas residências, algo que foi ignorado pela pessoa que o denunciou.

No que se refere às fazendas, como muitas delas ficavam distante das cidades e das vilas, a assistência médica era raridade, sendo realizada pelos fazendeiros, através do auxílio de manuais de Medicina que descreviam os sintomas das doenças e indicavam a terapêutica. Por

⁵ termo usado por médicos formados academicamente para desqualificar aqueles que não tinham essa formação acadêmica.

outro lado, Laura Santos (2007) destacou que, nesse campo da cura, os proprietários de escravizados utilizavam dos conhecimentos destes para seus tratamentos, destacando as benzeduras ou o uso de plantas medicinais.

Desta forma, concordamos com Carla Almeida (2010), quando a mesma destaca que os saberes elaborados pelas instituições acadêmicas não fizeram desaparecer os conhecimentos populares sobre curar, que poderiam ser considerados uma *medicina mestiça*, uma vez que se ampara na mistura de “elementos da flora e da fauna e nos saberes a eles referentes, processados no encontro de diversas culturas e na sua utilização igualmente diversa” (ALMEIDA, 2010, p.49). Nesse cenário de moléstias, eram comuns notícias de jornais que descreviam os sintomas das doenças e a forma como tratá-las. Vejamos o que recomendou o jornal *A Regeneração* a seus leitores sobre “o Cholera”:

Sobre o Cholera: Os symptomas graves e principais do cholera são- diarrhéa, vômitos e frio. [...] Para a diarrhéa e vômitos, a base do tratamento é o ópio: para o frio, tudo quanto pode excitar e estimular [...] o calor. (*A Regeneração*, 28/02/1862)

Desta forma, como temos visto, os jornais eram utilizados para divulgar a terapêutica para as doenças naquele período. Essa notícia, publicada em fevereiro de 1862, ocorreu durante o segundo surto de cólera na província, entre 1861 e 1862. Para Ariosvaldo Diniz (1997), desde o início, o cólera demonstrou ser uma doença seletiva, atacando, principalmente, as camadas mais pobres da população. A respeito dos negros, o mesmo autor salientou que a maior vulnerabilidade desses à doença passou a ser explicada por dois ângulos: 1º- as péssimas condições de higiene, habitação e deficiências nutricionais; 2º- pelas supostas deficiências raciais. Ainda segundo o autor,

ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade de melhorias das condições de vida e trabalho dos negros, escravos e livres, como uma forma de torná-los menos vulneráveis às doenças epidêmicas, os médicos defendiam a adoção de políticas de higienização e disciplinamento em suas condutas. Isto motivou a proliferação de um conjunto de enunciados médicos e morais que viriam incidir sobre o corpo, saúde dos cativos e dos homens livres pobres. (DINIZ, 1997, p.305)

Isto demonstra que, na concepção da medicina higiênica, os cativos deveriam ser disciplinados e reeducados para adquirirem hábitos e costumes saudáveis. Diante disso, os médicos, de acordo com Ariolvaldo Diniz (1997), recomendavam alguns hábitos de higiene que deveriam ser tomados pelos escravizados, a exemplo de tomar banho pelo menos três vezes por semana, manterem suas roupas limpas, controlar sua alimentação, diminuindo a carne seca e o feijão, bem como andar calçados.

Convém ressaltar que nesse cenário de doenças, a exemplo do cólera, Serioja Mariano e Nayana Mariano (2012) destacam que, nessa época, a província só contava com quatro médicos, sendo três na capital e um na vila do Brejo de Areia, não havendo, portanto, médicos para atender a população. Além disso, as autoras salientam que mesmo aqueles médicos que tentavam fazer seu trabalho, a exemplo da aplicação de vacinas, recebiam resistência da população mais humilde, a qual desconfiava de tal intervenção. No caso dos escravos, sua resistência a essas práticas “revelava o desejo desses personagens de escapar de uma medicalização autoritária e reafirmava o direito que tinha de dispor sobre seus corpos” (DINIZ, 1997, p. 465). Isto porque:

os projetos de intervenção social revelam práticas autoritárias que negavam a liberdade individual a partir de um discurso construído pela medicina da época que objetivava legitimação, e essa aproximação com o poder público, visava institucionalização (MARIANO; MARIANO, 2012, p. 20).

Lembramos que, além da falta de médicos e pessoas especializadas na arte da cura, outro problema enfrentado pela população era a falta de remédios, devido ao difícil acesso e alto custo, já que grande parte desses produtos eram trazidos da Europa. Alguns desses remédios, em razão da demora em seu transporte, acabavam deteriorados e inutilizáveis no tratamento de doenças. Porém, destacamos que os indivíduos escravizados não faziam uso desses medicamentos. Estes eram medicados, conforme afirmou Alarcon Agra do Ó (2006), com produtos encontrados nas lojas de ferragens e de instrumentos de lavoura, uma vez que a botica, onde eram vendidos os remédios, era seletiva e racial. O mesmo autor ainda destacou que o povo, em geral, também utilizava o que tinha em mãos, a exemplo do chá de barata, usado contra asma, ou excremento de cachorro, contra sarampo.

Paralelamente, utilizava-se, ainda, sangrias para tirar do corpo o elemento responsável pelo mal estar do indivíduo, o qual, em alguns casos, era associado às questões espirituais, segundo destacou Tânia Salgado Pimenta (2003) em seu estudo sobre os *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. Não eram raros os anúncios de jornais que ofereciam sanguessugas para a prática de sangria. Vejamos: “Sanguessugas hamburguesas. Muito novas e boas, só se encontram na rua Visconde de Inhaúma nº8, defronte do bilhar das columnas na casa de Antonio Luís Leite” (*A Opinião*, 31/05/1877).

De acordo com Onildo David (2003), além das medidas citadas anteriormente, era necessário limpar a cidade, saneá-la, desinfetá-la. No relatório da provedoria da saúde da Província da Parahyba do Norte, do ano de 1858, as autoridades já demonstravam preocupação com a

insalubridade da capital e a falta de asseio das habitações, indicando algumas medidas que precisavam ser tomadas:

[...] é pois legentíssima necessidade que as ruas dessa capital sejam conservadas na maior limpeza possível [...] calçando-as para evitarem-se os empossamentos d'águas pluviais [...] As casas saão caiadas, interna e externamente, de tempos a tempos, obrigando-se os proprietários que reconstruam suas propriedades, a fazerem-na observando no possível as regras de hygiene [...] as suas portas e janelas devem de corresponder-se, os seus compartimentos devem ser espaçosos e claros. (*Relatório da Provedoria da Saúde*, 11/08/1858)

Houve, como se pode atentar, uma acentuada preocupação por parte das autoridades com a limpeza das ruas da cidade da Parahyba do Norte nesse período. Isso se deve ao fato de que durante as últimas décadas do século XIX, dominou no campo da medicina o princípio segundo o qual os surtos de epidemias infecciosas eram consequência do estado de insalubridade do ambiente, que gerava um estado atmosférico causador de doenças entre a população. Desta forma, criou-se, de acordo com Sônia Magalhães (2004), uma mentalidade preventiva que passou a nortear as ações públicas a partir da observação de que certos tipos de doenças e epidemias que ocorriam com frequência surgiam como resultado da falta de higiene. A partir dessa nova mentalidade passaram a ser criadas regras de higiene nas cidades da província. Logo, passou-se a ser implantado “uma série de teorias normativas, e formulações que dizem respeito à adequação dos espaços aos princípios de salubridade, higienização e embelezamento” (SÁ, 2009, p. 14). Isto porque

No Brasil vivia-se uma medicina cuja característica principal era a organização incessante de medidas de controle do espaço social, para criar melhores condições de saúde ou destruir o que poderia ser causa de doença. Assim foi se institucionalizando a presença do médico no cotidiano da população, os médicos achavam fundamental invadir todos os espaços da vida social, sendo assim meta do Estado, através destes personagens poderosos sobre o corpo. (SILVA, 2011, p. 16)

Para José Gondra (2004), os médicos, ao demonstrarem tais preocupações, expressavam o objetivo de tornar especializado o domínio da medicina, desautorizando e desqualificando outros discursos e práticas, de forma a se idealizarem “nos diferentes estratos da sociedade como autoridades portadoras de um conhecimento suficiente e necessário para regular tanto a vida do indivíduo como a ordem social” (GONDRA, 2004, p. 31). O mesmo autor chama atenção para o fato de que o discurso da ciência médica não se estabeleceu de maneira articulada e uniforme. Para ele, a presença desse discurso, com características científicas, foi sendo forjado gradativamente em cursos de nível superior e, posteriormente, disseminado por todo o tecido social, que envolvia as academias, cidades, casas-grandes e senzalas.

Vimos, portanto, com base nos dados esboçados, que as condições físicas e de saúde, assim como as doenças, saberes e práticas de cura utilizadas pelos escravizados, portavam significados complexos que ultrapassam a dimensão biológica do cativo. Portanto, as condições de cativeiro como moradia, alimentação e condições de trabalho, foram determinantes para o desenvolvimento de doenças, agravamento de problemas de saúde e, conseqüentemente, mortes. Dessa maneira, nosso intuito foi mostrar através da documentação pesquisada os discursos e saberes científicos da época, articulados ao projeto de controle do espaço social em que vivia a população escravizada e livre da Província da Parahyba do Norte (1850-1888). Os quais foram determinantes para a criação de normatizações sobre as condições de higiene e, paralelamente, de saúde, estabelecendo formas de combate aos males que poderiam acarretar doenças.

Referências

1 Fontes impressas:

Jornais

O PUBLICADOR. Parahyba, 29 de mar. de 1864;

_____. Parahyba, 27 de ago. de 1869;

_____. Parahyba, 06 de jul. de 1885;

JORNAL DA PARAHYBA. Parahyba, 01 de jun. de 1864;

_____. Parahyba, 01 de set. de 1883;

A REGENERAÇÃO. Parahyba, 04 de mai. de 1861;

_____. Parahyba, 27 de jul. de 1861;

_____. Parahyba, 16 de out. de 1861;

_____. Parahyba, 28 de fev. de 1862;

DESPERTADOR. Parahyba, 18 de fev. de 1869;

OPINIÃO. Parahyba, 31 de mai. de 1877.

O TEMPO. Parahyba, 01 de mai. De 1865.

2 Fontes manuscritas:

RELATÓRIO DA PROVEDORIA DA SAÚDE [1858]. Disponível no Arquivo Público da Paraíba, Caixa 036.

3 Fontes na internet:

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PARAHYBA. Relatório apresentado pelo Presidente da província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 02 de ago. de 1851. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

EXPOSIÇÃO APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PARAHYBA. Exposição apresentada pelo Presidente da província, Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 18 de maio de 1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

ABERTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA PARAHYBA. Recitada pelo Presidente da província, Antonio Costa Pinto Silva, em 05 de ago. de 1856. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

CENSO GERAL DO IMPÉRIO [1872]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 de mar. de 2021.

4 Bibliografia:

AGRA DO Ó, Alarcon. Relatos de males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. p. 11- 40. In: AGRA DO Ó, Alarcon; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de; ARANHA, Gervácio Batista; LIMA, Luciano Mendonça de (Orgs.). **A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e cultural**. 3. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. **Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. Cidade da Paraíba, 1859- “Um pequeno aglomerado urbano”. p. 96- 99. In: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (Orgs.). **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1985.

AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugidos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. **Revista História, Ciência e Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out-dez, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000400015>. Acesso em: 09 de mar. de 2021.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 1998.

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021.
ISSN: 1982 -193X



DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil).** Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 1997.

FREITAS, Octávio. **Doenças africanas no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX.** Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GELAPE, Vinícius Paulo. Escravos e forros nas artes de curar: potencialidades de estudos a partir de inventários post-mortem. p. 1-8. In: **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG.** Jataí, UFG, 2011.

GONDRA, José. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LOBO, Lília Ferreira. Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência. p. 127- 238. In: LOBO, Lília Ferreira (Org.). **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; MARIANO, Nayana, R. C. O medo do enunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix Revista de História e Estudos Culturais.** v. 9, n.3, p.1-20, set-dez, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/415> . Acesso em: 09 de mar. de 2021.

MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Águas de São Pedro-SP, 1986.

NASCIMENTO, Dilene; CARVALHO, Diana. **Uma história brasileira das doenças.** Brasília: Paralelo 15, 2004.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. p. 307- 323. In: CHALHOUN, Sidney (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social.** Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2003.

PORTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. In: **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v.11, n.4, p.726-734, dez, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142008000500002>. Acesso em: 09 de mar. de 2021.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Família, Terreiros e Irmandades. p.94- 114. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: CEAO/Fundação Palmares, 2006.

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021.

ISSN: 1982 -193X



SÁ, Nirvana Lígia Albino de. **A cidade no despertar da era higienista: a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, Laura Carvalho dos. Práticas de Curar e Terapeutas populares em Salvador no início do século XIX. In: **Anais do III Encontro Estadual de História**. Salvador- BA, 2007.

SILVA, Anderson Líryo. Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador Bahia, século XIX. In: **Revista de Estudos Afro-americanos**. v.1, n.1, p. 20-43, jan.-jun., 2011. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=454>. Acesso em: 09 de mar. de 2021.

SILVA, Ilzeni Mayara Porto da. **Saúde versus doença: uma análise acerca da saúde e da doença em Campina Grande nos idos de 1850 a 1880**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas Oitocentista. p. 335-343. In: CHALHOUB, Sidney (Org.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Recebido em 28- 09- 2021

Aprovado em 06 - 12 - 2021

Publicado em 31-12- 2021